

Novos avanços na renegociação da dívida externa

A notícia de que os bancos credores concordaram não só com um "spread" menor sobre a dívida brasileira mas também com a realização de pagamentos semestrais de juros, em lugar da trimestralidade até agora vigente, deve ser saudada com entusiasmo, por mostrar que estamos próximos de um entendimento final na renegociação iniciada no ano passado. Como dissemos em outros comentários, uma solução satisfatória para a questão da dívida, a esta altura, contribuiria enormemente para desanuviar o cenário doméstico, ao diminuir as incertezas dos agentes econômicos e com isso favorecer a volta dos investimentos na produção.

E importante saber que essas concessões agora feitas pelos credores permitirão ao País economizar cerca de US\$ 600 milhões anuais nos encargos da dívida, a partir de julho próximo, evidentemente não se levando em conta a flutuação dos juros internacionais. Mas mais importante ainda, a nosso ver, é constatar que essas concessões significam a esperada

contrapartida à decisão brasileira de suspender a moratória e de pagar os atrasados até o limite permitido pelas reservas cambiais. Recorda-se que o pagamento dos juros vencidos neste ano, com recursos próprios, mereceu algumas críticas por parte daqueles que viram na medida um excesso de boa vontade para com os credores. No entanto, com os novos acertos anunciados agora sobre a fórmula de aplicação do "spread" reduzido de 0,8125% e sobre a semestralidade — além do reescalonamento de 95% do principal da dívida junto aos bancos por vinte anos, comunicado anteriormente —, verifica-se que gestos de boa vontade acabam frutificando em mútuo benefício.

Não devemos esquecer, a propósito, as peculiaridades da situação brasileira atual e que os credores, certamente, levam em conta. Recém-saídos de uma moratória, continuamos a ter a maior dívida externa do mundo, após os Estados Unidos, e a promessa de firmar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda é só uma promessa.

Ao mesmo tempo, prosseguindo os trabalhos da Assembléia Constituinte, carecemos no plano interno de maiores definições políticas, o que, por sua vez, influí nas decisões econômicas do governo, sobretudo retardando as necessárias medidas de contenção do déficit público.

Diante desse quadro, parecemos, os avanços obtidos na renegociação da dívida crescem de significado. E é forçoso reconhecer que para tanto contribuiu enormemente a postura de maior pragmatismo adotada pela atual equipe econômica do governo, liderada pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Esperamos, portanto, que, a exemplo do que ocorreu no episódio do congelamento temporário da URP para o funcionalismo, o ministro possa, juntamente com seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, vencer os próximos embates em torno dos cortes no déficit, com o apoio decisivo do presidente da República. O ajustamento do setor público, como dissemos outras vezes, é muito mais uma medida destinada a es-

tabilizar a economia e promover a volta dos investimentos privados do que a contentar os credores externos. A necessidade de combater o déficit é hoje reconhecida quase unanimemente por economistas de diversas tendências, por empresários e até por lideranças de trabalhadores. O governo, portanto, tem o respaldo que verdadeiramente lhe deve interessar — o da sociedade — para vencer as resistências internas e continuar caminhando na direção do ajustamento.

Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, que está nos Estados Unidos para reuniões do FMI e do Banco Mundial, mas aproveita sua estada para contatos com autoridades governamentais e dirigentes de bancos, devendo também na próxima sexta-feira participar de um seminário sobre a conversão da dívida brasileira, promovido por este jornal em Nova York, é possível que o acordo final com os bancos saia "dentro de uma a duas semanas se tudo correr bem". E esperamos que sua previsão se concretize.